

Economia à margem da lei floresce em São Paulo

ZELÃO RODRIGUES

GLÓBO

SÃO PAULO — A cada mudança de sinal nos principais cruzamentos na capital paulista, um batalhão de vendedores ambulantes movimentase rapidamente. Eles têm pressa: sua clientela é muito rápida e só compra por impulso. Um movimento de dinheiro sem registro oficial. A invisibilidade da economia aumenta a cada quarteirão, a cada nova ação comercial fora das normas legais.

Assim, a oferta de um menino franzino no sinal de trânsito, ao ocupante do Fusca 77, tem uma conotação quase emocional: "Um buquê de rosas para a madame, doutor?" Talvez envaidecido pelo título ou agradecido pelo tratamento dispensado à companheira, o motorista faz compra. O entendimento, ou pacto social, que os políticos não conseguem realizar, a sociedade leva avante na prática, através da economia invisível que, na realidade, impede o País de parar.

Como é praticada a economia invisível? De todas as formas. Do vendedor ambulante, que já descaracterizou a arte outrora apreciada do camelô, aos caixas 2 das empresas. Passando pelos empregados sem registro, pelas atividades artesanais, pela compra de serviços através de propina. A maioria dessas pessoas gostaria de estar legalizada, mas isso custa muito caro, envolve riscos fu-

turos e, diante da incerteza, prefere a informalidade.

Muitos trabalhadores partem para a atividade por conta própria, como o grupo de negros que inventou o estacionamento "Zona Preta", no elegante bairro dos Jardins, em São Paulo. Os mais informados preferem atividades como o contrabando tipo **formiguinha**, do Paraguai: as pessoas vão àquele país, de onde trazem em sua bagagem individual, sem pagar imposto de importação, algumas mercadorias, que assim custam muito mais barato que as similares no Brasil. Já as pessoas mais elegantes preferem trazer produtos livres de impostos da Zona Franca de Manaus ou diretamente de Miami, numa atividade que começa a crescer entre os paulistas.

No estacionamento "Zona Preta", o grupo de negros fixou normas já assimiladas pelos clientes. Das 8h às 23h, os carros estão seguros e guardados. Cada usuário deixa a chave no quadro e vai tranqüilo trabalhar. Paga CZ\$ 150 por semana, independente do tamanho do carro. Os avulsos pagam mais.

Conta o dono de escritório de contabilidade no Ipiranga, Carlos Roberto de Robbio, que cresce a cada dia o número de pessoas que desiste de legalizar suas empresas, ao tomar conhecimento das exigências. Preocupado com o seu ganha-pão, Robbio pede que os requisitos legais sejam dosados, começando-se a exigir o que

realmente se pode pagar. A alternativa, diz ele, é não pagar nada.

Robbio comenta que há lojistas de carros que não fizeram o lançamento de uma venda sequer, este ano. As feiras de automóveis, hoje, são frequentadas mais por vendedores de carro que aproveitam a reunião de tantos interessados para fazer vendas sem pagar absolutamente nenhum encargo legal.

Antônio T. é serralheiro. Aproveitou-se de uma crise renal para um afastamento temporário da empresa em que trabalha. Chegou a rezar para ficar sob os cuidados do INPS durante algum tempo. Conseguiu. Em dois meses, ganhou o equivalente a seis de trabalho registrado, conservando portões, janelas, vitrôs. Por que não abre sua própria empresa? Não consegue pagar os encargos, apesar de já ter todas as ferramentas. Como ele, pedreiros, bombeiros, eletricitistas querem distância dos recibos, dos contratos. Os acertos são feitos verbalmente, longe do Governo e de sua voracidade.

Mas há o lado elegante da sonegação: as propinas fornecidas a compradores de empresas, cada vez mais comuns; as vendas sem nota, em que se multiplicam os serviços; e os preços duplos — "Com ou sem recibo?" A pergunta já se tornou tão rotineira quanto a resposta, após a informação sobre o desconto: sem recibo. E, naturalmente, sem impostos.